

# SAÍDA POLÍTICA PARA O IMPASSE

MALAN E PIMENTA  
RECEBEM  
GOVERNADORES DE  
OPOSIÇÃO. PALÁCIO  
DO PLANALTO APOSTA  
NA DIVISÃO E  
TENTA AGENDAR  
CONVERSA DE FHC  
COM GAROTINHO

Lydia Medeiros  
e Leonardo Cavalcanti  
Da equipe do Correio

**S**aída diplomática. A comissão de governadores de oposição que prometeu bater à porta do Palácio do Planalto hoje de manhã não ficará na rua. Olívio Dutra (RS), Ronaldo Lessa (AL) e Anthony Garotinho (RJ) serão recebidos pelos ministros Pedro Malan (Fazenda), Waldeck Ornêlas (Previdência) e Pimenta da Veiga (Comunicações). Para evitar o acirramento do confronto provocado pela divulgação da "Carta de Porto Alegre", Pimenta conseguiu negociar a mudança na agenda e impedir a realização de mais um ato político contra o governo federal.

Ao mesmo tempo, o Planalto aposta na divisão do movimento dos governadores e estimula as conversas individuais. Emissários do presidente da República tentaram ontem marcar um encontro entre Fernando Henrique e Garotinho para esta noite, mas o governador do Rio recusou o convite. A estratégia tem o aval do presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Quando se impõe ultimatos, cabe ao presidente reagir, agora isso não impede o diálogo com os governadores que quiserem, isoladamente, procurá-lo", disse ontem ACM.

A troca do anfitrião não foi bem recebida por todos os governadores. O café da manhã foi acertado entre Pimenta e Garotinho no início da tarde de ontem, mas Olívio Dutra reagiu: "Se vão os ministros, vou mandar os secretários". Mais tarde, foi convencido pelos colegas a participar. "Da mesma forma que queremos humildade do presidente, também teremos. Chega de confusão", ponderou Ronaldo Lessa, que passou o dia em Brasília tentando solucionar o bloqueio das receitas de Alagoas. O ministro Eliseu Padilha (Transportes) e o senador Pedro Simon (PMDB-RS) conversaram com o presidente ontem, tentando superar o impasse com os governadores.

## MANUTENÇÃO

Do lado do governo federal a disposição é a mesma: conversar, mas manter os contratos de rolagem das dívidas assinados anteriormente. "Vamos tratar sobre a situação econômica dos estados. É uma reunião propositiva e não deve se esperar de lá nenhuma conclusão", disse Pimenta, que descartou as reivindicações da Carta de Porto Alegre, divulgada no último dia 5 de fevereiro. "Elas não serão consideradas. Iremos considerar o que for dito na reunião".

O documento da oposição — que reivindica a repactuação as dívidas estaduais — irritou o presidente, que preferiu desmarcar um café da manhã previsto para hoje. Mesmo assim, os opositores decidiram viajar para Brasília. À noite, os três governadores acertarão os próximos passos em um jantar no Hotel Kubitschek Plaza.

Apesar de o governo ter reafirmado, por intermédio do porta-voz da presidência, Sérgio Amaral, que a renegociação dos contratos está fora de cogitação, os governadores esperam um entendimento em alguns pontos, como compensações para as

perdas ocasionadas pela Lei Kandir (que desonera do ICMS produtos de exportação), antecipação das receitas de privatizações e redução dos encargos previdenciários. Segundo Pimenta, o objetivo do governo federal é ouvir os governadores da oposição. "Iremos discutir alguns pontos que adiante poderão ser adotados. A questão previdenciária nos estados, por exemplo, é muito mais séria do que o próprio pagamento das dívidas", disse o ministro.

## CHATOS

Para Ronaldo Lessa, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) também precisa ser revisto, pois diminui a parcela dos estados dos Fundos de Participação. "Nem os governadores governistas vão suportar isso. Estamos levando a fama de chatos e antipáticos, mas estamos trabalhando pelos 27 governadores", disse Lessa. Pimenta descartou a proposta de baixar o percentual de receita comprometido com os pagamentos mensais ou anuais das dívidas. "Os valores sugeridos por alguns governadores acabam tornando a dívida perpétua. Com um pagamento de 5% da dívida total, por exemplo, e considerando af juros de 6%, o pagamento dos estados não cobriria sequer os juros", disse o ministro.

Outro governador que passou o dia em reuniões na Fazenda e no Banco Central foi Esperidião Amin (SC), este um aliado do presidente. Depois de algumas medidas como a extinção de 25% dos cargos comissionados do estado e um aumento de 10% na receita do mês passado (em comparação com o mesmo período de 1998), Amin acredita que a situação poderá começar a entrar em ritmo de normalidade. Mas defendeu que, em estados onde houve troca de comando radical — com a derrota do candidato à reeleição —, caso de Santa Catarina, o governo tenha um procedimento diferente. "Essa é uma variável que a Fazenda terá de interpretar", afirmou.

O ministro Pimenta admitiu que as dificuldades dos estados estão nas administrações anteriores. "Queremos encontrar alternativas, mas as últimas negociações foram mais favoráveis aos estados". E voltou a insistir que o presidente está disposto a conversar com cada um dos governadores — em separado.

"Os governadores deverão af apresentar caminhos. Esse caminho não é o mesmo para todos os estados. Agora, seremos mais sensíveis com os estados que mais se esforçaram", considerou Pimenta, fazendo questão de citar o exemplo do estado do Espírito Santo.

Minas Gerais é ainda a maior preocupação do governo federal. O porta-voz Sérgio Amaral afirmou que o Ministério da Fazenda pretende pagar os US\$ 108 milhões de eurobônus, que vencem amanhã, caso o compromisso não seja honrado pelo governo mineiro. "O País tem confiança e espera que o governo de Minas honre seus compromissos externos. Mas o governo federal só poderá dizer exatamente o que vai fazer depois que a hipótese de pagar ou não se concretizar".

■ Colaborou Ana Julia Pinheiro

Joédison Alves 13-1-99



Garotinho articulou reunião com ministros, mas recusou convite para encontro reservado com o presidente

## A SITUAÇÃO DE CADA UM

Estados	Comprometimento da receita com funcionalismo (%)	Comprometimento da receita com a dívida (%)	Dívida renegociada com a União (R\$ mil)	Subsídio do Governo Federal para pagamento da dívida Total até 31/12/98 (em R\$ mil)
ALAGOAS	74,0	15	não disponível	79.288
RIO DE JANEIRO	79,7	Tabela price*	não disponível	112.147**
RIO G. DO SUL	84,9	12,5	7.782.423	2.643.920

\* O subsídio não ultrapassa 15%. \*\* O valor é parcial, porque é distribuído ao longo dos próximos cinco anos  
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e estados